

EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS COMO PROMOÇÃO DE INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE NO AMBIENTE ESCOLAR

EIXO TEMÁTICO: 11

TIPO DO ESTUDO: PC

Taize Gonçalves GOULART

e-mail: goularttaize@gmail.com

Curso de Educação Especial e Inclusiva - UFSM

Tânia Micheline MIORANDO

e-mail: tania.miorando@ufsm.br

Curso de Educação Especial e Inclusiva/Programa de Pós-graduação em Educação/Departamento de Educação Especial/UFSM

Parfor Equidade/Capes

RESUMO: Este trabalho tem como temática a inclusão como importante aspecto na busca por uma educação antirracista na escola básica, por meio de ambiências bioecológicas de letramento racial, assentadas a partir de uma gestão pedagógica visando promover acessibilidade social como ferramenta para alunos pretos e pardos, na perspectiva da inclusão social, a partir da disciplina de literatura no Ensino Médio, de uma Escola Básica, da região central do Estado do Rio Grande do Sul – RS. A questão de pesquisa e o objetivo geral abordam a investigação das contribuições das ambiências bioecológicas de letramento racial para um repertório linguístico antirracista na educação das relações étnico-raciais em uma escola pública de Ensino Médio, em tempo integral, no município de Júlio de Castilhos, RS. Analisa as políticas públicas, as produções acadêmicas e as principais abordagens sobre o repertório linguístico antirracista na educação das relações étnico-raciais, abordando as questões de preconceito e discriminação, exclusão social, reforçadas pelas dificuldades de aprendizagem, deficiências ou transtornos, nas relações étnico-raciais com os sujeitos participantes na ambiência escolar do Ensino Médio; reconhece o repertório linguístico usual nesse contexto escolar e levanta possíveis contribuições para o desenvolvimento de ambiências bioecológicas de letramento racial no contexto das aulas de literatura no Ensino Médio, em tempo integral.

Palavras-chave: discriminação racial. gestão da educação. inclusão social

1 INTRODUÇÃO

Há vinte e um anos, foi alterada a Lei nº. 9.394/96 (Brasil, 1996), passando a ser promulgada a Lei nº 10.639/03 (Brasil, 2003), que inclui o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena no currículo escolar. Diante dessa mudança, entendemos que já houve inúmeras abordagens significativas em relação à temática da educação para as relações étnico-raciais. Entretanto, pensamos que, para haver de fato a aplicabilidade dos constructos visados em lei, é necessário refletirmos, na perspectiva da acessibilidade, a questão do letramento racial na escola. De acordo com Manzini (2025, p.32):

Uma segunda leitura, mais atenta, faz refletir que acesso significa sair de uma determinada vida cotidiana, ou seja, a acessibilidade parece ser algo que pode ser observado, implementado, medido, legislado e avaliado. Dessa forma, pode-se criar condições de acessibilidade para que as pessoas possam ter acesso a determinadas situações ou lugares.

Essas situações e lugares devem ser proporcionadas aos alunos como responsabilidade de todos que atuam no ambiente escolar, não apenas de educadores negros. O letramento racial proporciona aos sujeitos a reeducação de negros e brancos, a fim de construir uma sociedade mais justa e igualitária em que existam reflexões sobre o modo que fomos colonizados e qual o lugar social previsto para o povo negro nesse processo. Dessarte, ao trabalhar letramento racial estamos incluindo mais da metade da sociedade brasileira no currículo escolar de modo que as minorias em lugares de poder sejam valoradas. Entendemos por inclusão o que diz Mantoan (2003, p. 45; 2015, p. 5): “Inclusão é a nossa capacidade de entender e reconhecer o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós. A inclusão acontece quando se aprende com as diferenças e não com as igualdades”.

Dessa forma, é possível entender a incessante luta dos movimentos negros por equidade, igualdade de oportunidades, justiça social, desmistificação da falsa ideia da democracia racial brasileira, racismo, acessibilidade, inclusão entre outros. Por isso, a importância dessa temática no cotidiano escolar. Diante dessa realidade, compreendemos que a educação tradicional não tem espaço nessa escola decolonial, pois precisamos proporcionar aos alunos espaços para pensar, repensar,

refletir e criar ambiências bioecológicas positivas, que permitam romper os paradigmas antes ensinados, construindo novos conhecimentos, e que estes sejam acessíveis a todos.

2 MÉTODO

Este trabalho traz a proposta de uma pesquisa qualitativa em educação, a qual possui, como produto educacional, um guia para o letramento racial na educação básica. O desenho metodológico seguirá um caminho que permita o alcance deste propósito.

A abordagem qualitativa se justifica, pois leva em conta os componentes de uma situação, suas interações e influências mútuas no movimento de concepções que compreendem a educação como um campo do conhecimento – no escopo das Ciências Humanas, abarcando o objetivo, o ideal e o subjetivo, com sua centralidade no ser humano.

A origem da abordagem qualitativa nasce na fenomenologia, ao enfatizar o comportamento humano e, a partir disso, a interação social é necessária para que possamos entender as realidades construídas no cotidiano, isto é “o estudo do fenômeno em seu acontecer natural”. De acordo com Yin (2016, p.7), a pesquisa qualitativa pode ser definida em cinco características, quais sejam:

1. estudar o significado da vida das pessoas, nas condições da vida real; representar as opiniões e perspectivas das pessoas (rotuladas neste livro como os participantes de um estudo);
2. abranger as condições contextuais em que as pessoas vivem;
3. contribuir com revelações sobre conceitos existentes ou emergentes que podem ajudar a explicar o comportamento social humano;
4. esforçar-se por usar múltiplas fontes de evidência em vez de se basear em uma única fonte.

Quanto à natureza, esta pesquisa é aplicada, concordando com o que nos aporta Fleury (2017), ao expor que a pesquisa aplicada se concentra em torno dos problemas presentes nas atividades das instituições, organizações, grupos ou atores sociais. E acaso discordaríamos que o preconceito e a discriminação, geradores do

racismo multidimensional, não permeia as relações nessas instituições, organizações e grupos?

Segundo Gerhardt e Silveira (2009, p. 35) a pesquisa aplicada “objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos”. Consoante a essa peculiaridade de pesquisa, pretendemos mostrar aos estudantes e professores como qualificar as relações étnico-raciais e os problemas do cotidiano, imputados como crime de injúria racial e racismo. Essa triste realidade acontece de variadas formas no ambiente escolar e é preciso tomar consciência disso e modificar-se, a fim de construir novos conhecimentos.

Em relação às questões étnico-raciais, a partir da implementação de propostas pedagógicas antirracistas, esperamos que as heranças linguísticas da colonização sejam compreendidas, tornando possível pensarmos em um novo repertório linguístico, excluindo palavras e expressões que carregam em sua origem estigmas extremamente ofensivos.

Com as características supracitadas, elaboramos a nossa pesquisa, pois o letramento racial tem se tornado cada vez mais necessário para a Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER). A pesquisa atenta ao processo de letramento racial, como isso acontece e como significa no cotidiano de professores e estudantes, levando a um novo modo de compreender as relações étnico-raciais, a partir do letramento em contexto, nos leva a ressignificar, não somente o nosso entendimento sobre o assunto, mas também estabelecer um novo olhar para estes sujeitos.

Trazemos para o contexto da Educação Inclusiva uma vez que, as dificuldades apresentadas na aprendizagem têm se destacado quando acontecem cumulativas a um cenário de dificuldades financeiras ou emocionais, dado a conjuntura político-cultural dos/as estudantes. A condição de acolhimento e respeito quando olha criticamente para as potencialidades do sujeito sem preconceitos primeiros que afastam o cuidado pedagógico, vem pelo letramento antirracista de seus professores e comunidade escolar em que cumpre sua formação escolar.

Decorrente do sucesso escolar, as condições para a conquista de melhoria na sua perspectiva social, torna-se acessibilidade social a uma vida de condições dignas às suas realizações profissionais. Somente a partir do cuidado desde o acolhimento em uma linguagem e deferência cultural de direito, é que uma educação

inclusiva poderá se efetivar como projeto de uma sociedade que resiste com princípios democráticos, em remissão a um passado brutalmente colonizador.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Primeiro, podemos observar que no âmbito da escola existe um NEABI, mas o modo de funcionamento deste projeto consta como não institucional. Ao investigar melhor com o colega responsável podemos entender que a documentação para oficializar este projeto já havia sido encaminhada para a 8ª Coordenadoria de Educação da região de Santa Maria – RS.

Outra questão que vale relatar é que a palavra racismo na escola quase não existe por parte dos professores e funcionários, poucos foram os professores que tocaram no assunto ao conversarem comigo, mesmo assim ouvi colegas reclamarem de discursos racistas por parte dos alunos. Ademais, um colega relatou que no ano anterior uma aluna que cometeu um ato racista com uma colega acabou indo para outra escola, pois a repercussão fora bastante desfavorável.

A turma que chamamos de Zumbi havia um menino pardo, repetente com um enorme número de infrequência. Além disso, notamos que, nessa turma, o que a maioria dos alunos tinha em comum era não ter sido aprovado no Instituto Federal Farroupilha ou vieram de lá. Num primeiro momento cheguei a comentar com a equipe diretiva que não recebemos um bom acolhimento pela turma e talvez a cor de minha pele pudesse pesar nesse quesito. Em uma das aulas ouvi comentários sobre cotas raciais para a entrada no Instituto Federal. Esses comentários fizeram com que entrássemos em discussões sobre ações afirmativas, tivemos a oportunidade de explicar que o aluno que estudou o ensino fundamental em escola pública também tem a oportunidade de concorrer às ações afirmativas. Estávamos no final da aula, aproveitei a oportunidade para perguntar se a turma gostaria de saber mais sobre a temática em um outro momento oportuno, todos concordaram.

Na aula seguinte, falamos sobre ações afirmativas a partir de exemplos, foi o momento que alguns alunos relataram que tinham colegas que ingressaram no instituto federal por cotas. Na ocasião discutimos que as ações afirmativas, não incluem apenas pretos, pardos ou indígenas, mas também alunos de escolas públicas. Essa conversa simples, mas bastante esclarecedora fez com que os estudantes que não eram a favor das ações entendessem como realmente essas

funcionam, a reflexão fez com que houvesse reconhecimento em relação à falta de conhecimento sobre as ações afirmativas e a lei de cotas. Ao final, podemos ouvir os seguintes questionamentos: “Então, se eu tivesse colocado que estudei o Ensino Fundamental em escola pública poderia ter entrado, não sabia disso mesmo, então as cotas são também por renda? Isso é bom porque aquela pessoa que não tem condições de pagar pelo estudo também pode entrar na universidade”, nesse momento falamos aos alunos que se o governo não tivesse sancionado a lei de cotas no ano de dois mil e quatorze, seria impossível adentrarmos à universidade, em hipótese alguma chegaríamos aqui.

Alguns conceitos mobilizados para a promoção de discussões é a noção de letramento racial aos estudantes utilizamos o que diz na obra *Letramento Racial*, capítulo intitulado “Letramento Racial definições e propósitos” de acordo com o autor Adilson Moreira (2024, p. 97), o letramento racial precisa ser visto como: “um ponto de partida para a construção de um consenso social sobre a necessidade de superação de práticas discriminatórias contra grupos raciais subalternizados, que depende da compreensão e do comprometimento com a eliminação dessas formas arbitrárias de tratamento diferenciado”.

Após essa constatação, o autor discute as implicações sociais que definem o letramento racial. Assim, a base do Letramento racial é a compreensão das dinâmicas sociais que são articuladas a partir da relação entre raça e poder (Moreira, 2024, p. 98). Ainda, de acordo com o autor compreende-se que, para falarmos de letramento racial, precisamos entender o letramento racial como formas de engajamento social necessárias para combater mecanismos que concentram poder apenas com grupos raciais dominantes, logo, a dicotomia entre raça dominante e o que chamamos de raça não dominante.

Outro assunto pertinente foi a questão da acessibilidade, pois é sabido que as pessoas de classe mais baixa não têm acesso aos serviços básicos para a sobrevivência. Desse mesmo modo as pessoas com deficiência, transtornos e dificuldade de aprendizagem, também são colocadas em insignificância. Esses, foram o ponto de partida para trabalharmos com as turmas.

Discutimos o conceito de raça de acordo com Munanga (2005), e discutimos que a criação do signo se deve às pessoas brancas porque se não houvesse raças não haveria distinção entre seres humanos. Logo, olhamos o

vídeo “Da origem da pele negra e o surgimento das teorias raciais no século 18”, disponível na plataforma Youtube, que conta a criação da inferiorização do povo negro que cria a concepção de raça e o plano estratégico para controle de negros e, assim, a escravização, o canal se intitula como “Caçador de História”.

Após isso, percebemos que os estudantes ficaram bastantes pensativos, talvez tenham entendido a origem da diferenciação entre negros e brancos e quem são seus autores, a partir do vídeo e da carta apresentada, falamos de branquitude com base em Ribeiro (2020, p. 33) e depois Kilomba (2016, s/p):

A branquitude é um traço identitário também marcado por privilégios construídos a partir da opressão de outros grupos.

Devemos lembrar que este não é um debate individual, mas estrutural: a posição social do privilégio vem marcada pela violência, mesmo que determinado sujeito não seja deliberadamente violento. Os homens brancos são a maioria em espaços de poder. Esse não é um lugar natural construído a partir do processo de escravização.

As pessoas brancas não se veem como brancas, se veem como pessoas. E é exatamente essa a equação, “sou branca e por isso sou pessoa” e esse ser pessoa é a norma, que mantém a estrutura colonial e o racismo. E essa centralidade do homem branco não é marcada.

Na aula seguinte, os próprios alunos retomaram a discussão sobre branquitude e o espaço reservado ao povo negro e, assim, surgiram exemplos sobre a geografia da própria cidade em que residem “ricos e brancos no centro” e pobres e pretos na periferia, “na vila” como pronunciaram, alguns relataram que começaram a notar quem faz o que no comércio e nos serviços ofertados da cidade.

Outra constatação mencionada foi a erradicação dos saberes populares, a cultura dos povos originários e a desvalorização do notório saber. No momento seguinte, perguntamos aos alunos se realmente somos iguais e a resposta foi não, continuamos a falar: “então quer dizer que existe um mito da democracia racial?” E as respostas foram “sim, existe sora”, outra menina questionou: “e a lei?” outros falaram que lei?”, todos são iguais perante a lei, então é mentira? A resposta para aquele momento foi que vivemos uma falsa ideia de igualdade e de acordo com tudo que tínhamos visto e discutido acrescentamos a seguinte pergunta: Onde está a igualdade? Quase toda turma falou: “a igualdade está escrita somente na lei para bonito porque na prática funciona totalmente

diferente, é tudo desigual, quase nada é acessível para parte da população, as oportunidades não são as mesmas, uns são mais privilegiados que outros”. Depois disso, houve em nós uma breve sensação de contentamento, todo o nosso esforço parece ter surtido efeito para alguns alunos e isso parece um avanço.

Na segunda parte da aula falamos sobre colonialismo a partir do e sobre os lugares subalternos ocupados pela maioria do povo negro com ressalvas à estereótipos de pessoas negras que ascenderam e sofrem racismo em razão da inferiorização da etnia que propicia estereótipos. Continuando essa mesma aula, utilizamos o vídeo do “Canal do Nogueira”, com o título “Sobre descolonizar a humanidade ft Frantz Fanon”.

Para discutir o conceito de racismo, mobilizamos como texto motivador os seguintes conceitos:

Para Almeida (2018, p.19):

O racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento e se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos a depender do grupo racial ao qual pertençam.

Munanga (2003, p. 7), diz que:

O racismo é uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural. O racista cria a raça no sentido sociológico, ou seja, a raça no imaginário do racista não é exclusivamente um grupo definido pelos traços físicos. A raça na cabeça dele é um grupo social com traços culturais, linguísticos, religiosos, etc. que ele considera naturalmente inferiores ao grupo a qual ele pertence. De outro modo, o racismo é essa tendência que consiste em considerar que as características intelectuais e morais de um dado grupo, são consequências diretas de suas características físicas ou biológicas.

Para complementar concordamos com que diz Souza (2021, p. 27):

Todos os “racismos”, seja de gênero, de “raça”, de classe ou de “cultura” possuem um núcleo comum e devem ser tratados simultaneamente. Daí que o conjunto de opressões que cria a humilhação social deva ser

percebido sob a chave de um racismo multidimensional, o qual assume máscaras diversas dependendo do contexto social”.

A partir disso, discutimos sobre a existência do racismo e meios para ser combatido, mas, o mais interessante, é a consciência dos estudantes, pois todos associam o racismo como algo ruim que deve ser eliminado do âmbito social, além disso nos perguntaram como, a partir disso construímos que todas as formas de racismo poderiam ser aniquiladas através da educação, ou seja, o medo, ou a milícia devem ser utilizados como forma de conhecimento, ao sermos questionados falamos aos alunos que nós enquanto docentes, ao levar a temática em questão para a sala de aula, a fim de discuti-la numa dissertação de mestrado, é uma tentativa para a construção ambiências positivas a fim de obter uma escola em que todos possam viver melhor.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de rodas de conversa, debates e muito diálogo, mexemos com sentimentos, pensamentos, emoções e contrariedades porque falar de racismo é sinônimo de resistência, divergência, pluralidade, é romper com a falsa ideia de democracia racial, é falar de racismo estruturalmente (Almeida, 2019) e em multidimensões (Souza, 2021). A acessibilidade e a inclusão, entram nesse trabalho com a forma de representatividade das minorias presentes no cotidiano, a fim de instigar a superação de preconceitos, estereótipos, capacitismo, métodos de aprendizagem, entre outros. Isso mexe com as estruturas opressoras, convida àqueles que sempre estiveram num lugar confortável a sair de lá, a reconhecer que existe sim o desnivelamento social e que os mesmos sujeitos se perpetuam em alguns lugares, sejam estes de destaque ou subalternos, as dimensões têm a mesma estrutura concomitantemente. Há uma espécie de condescendência social que inflama a ascendência de certas classes ou etnias, isso tudo contribui para a injustiça social.

As palavras chaves para essa parte são desconstrução e construção. A primeira tem a ver com o dismantelamento de estereótipos, falsas ideias, preconceitos e discriminações, a segunda significa edificação de pensamentos que outrora beirava à barbárie para um modo de pensar crítico e humanizado. Na

verdade, tem a ver com entender que não somos iguais e que há grupos que preconizam a subalternidade de outros perpetuando um certo tipo de escravidão contemporânea.

Ao final deste trabalho, pensamos que é um projeto que não gostaríamos de finalizar, há muito o que fazer, há campos para arar, o trabalho é árduo. As possibilidades que tivemos foram feitas a partir do entrelaçamento entre as relações para relações étnico-raciais e a educação especial a partir do desafio conciliar o curso de graduação em Educação Especial e o Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão Educacional.

REFERÊNCIAS

Almeida, Sílvio Luiz de. (2019) *Racismo estrutural*. São Paulo: Pólen. (fonte sem link para formatar em hiperlink).

[Brasil. \(1996\) *Lei n° 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Diário Oficial da União, Brasília, p. 27833, 23 dez. \(link externo\)](#)

[Brasil. \(2003\) *Lei Nº10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências*. \(link externo\)](#)

[Fleury, M.; Werlan, S. \(2017\) *Pesquisa aplicada conceitos e abordagens*. \(link externo\)](#)

Gerhardt, T. Engel, et al. (2009) *Estrutura do projeto de pesquisa*. In: Gerhardt, Tatiana Engel; Silveira, Denise Tolfo. Métodos de pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS. (fonte sem link para formatar em hiperlink).

[Kilomba, Grada. \(2016\) *Em palestra-performance, Grada Kilomba desfaz a ideia de conhecimento "universal"*. Mostra Internacional de Teatro de São Paulo, mar. \(lin externo\)](#)

Mantoan, Maria Teresa Eglér. (2003) *Inclusão escolar: o que é? por quê? Como fazer?* São Paulo: Moderna,. (Coleção Cotidiano Escolar). p. 45. (fonte sem link para formatar em hiperlink).

[Mantoan, Maria Teresa Eglér. \(2015\) *Diferenciar para incluir ou para excluir? Por uma pedagogia da diferença*. Educação Inclusiva – Revista da Pró Inclusão, v. 6, p. 11–14. \(link externo\)](#)

Moreira, Adilson José. (2024) *Letramento racial. Uma proposta de reconstrução da democracia brasileira*. São Paulo: Contracorrente. (fonte sem link para formatar em hiperlink).

Munanga, Kabengele. (2024) *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Petrópolis: Vozes. (fonte sem link para formatar em hiperlink).

Ribeiro, Djamila. (2019) *Pequeno Manual Antirracista*. São Paulo: 1ª Companhia das Letras. (fonte sem link para formatar em hiperlink).

Souza, Jessé. (2021) *Como o racismo criou o Brasil*. São Paulo: LeYa. (fonte sem link para formatar em hiperlink).

Yin, R. K. (2016) *Pesquisa qualitativa do início ao fim*. Tradução de Daniel Bueno. Porto Alegre: Penso. (fonte sem link para formatar em hiperlink).